

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

A CONSTRUÇÃO DA REDE ESCOLAR: O ENSINO ELEMENTAR NO CONCELHO DE GUIMARÃES DURANTE O SÉCULO XIX.

ARAÚJO, Ana Tereza Braga Tavares de

Ano: 2005-2006 | Número: 115-116

Como citar este documento:

ARAÚJO, Ana Tereza Braga Tavares de, A construção da rede escolar: o ensino elementar no concelho de Guimarães durante o século XIX. *Revista de Guimarães*, 115-116 Jan.-Dez. 2005-2006, p. 161-190.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A CONSTRUÇÃO DA REDE ESCOLAR: O ENSINO ELEMENTAR NO CONCELHO DE GUIMARÃES DURANTE O SÉCULO XIX

Ana Tereza Braga Tavares de Araújo*

1. Introdução

A cultura escrita impôs-se como mola propulsora na estruturação dos Estados Modernos, pois constituía o seu principal suporte aos níveis legislativo, administrativo, judicial e financeiro. Entretanto, os agentes tradicionais de educação existentes no Antigo Regime foram subvalorizados em prol da escola e da instrução pública, considerada veículo de participação e acesso à informação e formação do cidadão. A instrução elementar - o saber ler, escrever e contar - radicava-se no quotidiano das pessoas a partir de um sistema de ensino público, estatal e laico, com leis próprias para regular suas funções e determinar seus objectivos de acordo com os interesses do Estado.

Em Portugal, a transição para a Modernidade foi marcada por uma reestruturação do aparelho estatal, com avanços e recuos, que se repercutiram no ensino e na escola, principalmente durante o século XIX, pois foi um período conturbado da história portuguesa, tanto a nível político e económico, como ao nível educacional, marcado por um elevado número de reformas educacionais, muitas das quais não se chegaram a implementar.

Pretendeu-se, neste estudo, reconstituir a rede escolar do ensino elementar do concelho de Guimarães para o século XIX, conhecendo a sua expansão, as condições materiais das escolas, os professores e a procura escolar. Para isso, tornou-se necessário o uso de fontes variadas manuscritas e impressas consultadas em diversos arquivos e bibliotecas nacionais e locais.

* Mestre em Educação pela Universidade do Minho e doutoranda em História da Educação pela Universidade de Lisboa.

2. O concelho de Guimarães no século XIX

O concelho de Guimarães situa-se na zona do chamado Baixo Minho, no Norte de Portugal, e, antes da proclamação da República (1910), estava dividido em 80 freguesias, distribuídas predominantemente em torno dos vales dos rios Ave, Vizela e Selho. A economia desta região foi marcada pelo desenvolvimento de actividades artesanais e manufactureiras, com antigas indústrias de fiação, tecelagem de linho, curtumes e cutelaria. Guimarães era o principal entreposto comercial entre a cidade do Porto, e outras zonas litorais, e o interior norte do País.

Durante os séculos XVII e XVIII, em comparação com o que ocorreu noutros países, também em Portugal as oficinas industriais iam instalar-se, de preferência, nas zonas onde existia matéria-prima, ou em lugares com acesso a vias de comunicação menos dispendiosas e com abundância de águas. A natureza deste condicionamento afectava a importância da produção - os produtos fabricados em pequenas oficinas ou nas próprias habitações, dispersas por áreas pouco amplas, eram nelas consumidos, ou dirigiam-se a uma zona próxima de consumo, devido a deficiência de transportes e qualidade da produção (Scott, 1999).

Segundo Justino (1986), até meados do século XIX, a pequena indústria estava ainda imbuída de grande peso para a economia nacional, em função do número de estabelecimentos e de mão-de-obra empregada, quando comparada com a grande indústria. A geografia industrial do País era concentrada em três pólos dispersos pelo continente, nomeadamente Lisboa, Covilhã e Porto. No que diz respeito à região Norte, a estrutura industrial era caracterizada pela articulação entre o trabalho fabril e oficial e doméstico, com destaque para o setor de tecelagem e fiação, onde a maquinofactura não passava de alguns casos isolados. Os concelhos de Braga e Guimarães podiam ser considerados o quarto centro industrial do País.

Durante o século XIX, o processo de industrialização do Vale do Ave, especificamente o concelho de Guimarães, assumiu praticamente as mesmas características do restante da região Norte, predominando dois modos de organização da produção: a pequena oficina artesanal e a produção no quadro doméstico. Assim, a indústria moderna não estava ainda instalada.

A indústria dos curtumes, por exemplo, não utilizava maquinaria e desconhecia, ou não adoptava, as descobertas químicas que

proporcionavam redução do tempo de curtimento, maior eficácia e pouco dispêndio de força física. As actividades de curtimento remontam aos primórdios da nacionalidade, resultando, posteriormente, na fundação de corporações de ofícios ligadas ao trabalho com couros, como a Confraria dos Sapateiros (século XIII) e outras. Até o início do século XIX, os curtumes tiveram grande relevância para a economia do concelho, seguidos pelos têxteis, chapelaria, cutelaria e papel. Entretanto, nas últimas décadas do século, a situação inverteu-se, adquirindo os têxteis a primazia em relação à indústria dos curtumes (Pinto, 2002).

Na indústria têxtil, em que Guimarães constituía o pólo centralizador desta actividade no distrito de Braga, a matéria-prima e os teares eram fornecidos pelos comerciantes aos artesãos que, em seus domicílios, teciam-na e entregavam-lhes o produto - a teia - por um preço previamente estipulado. A importância deste tipo de organização da produção constata-se a partir do cômputo, em 1852, de 41 unidades fabris nos concelhos de Braga e Guimarães, empregando 1105 trabalhadores (Justino, 1986). Num historial das fábricas existentes no concelho vimaranense para o ano de 1870¹, existem 2 fábricas de destilação de aguardente, 34 de curtumes, 2 de papel, 83 de ferragens, compreendendo cutileiros, garfeiros, fabricantes de pequenos objectos, esporeiros, 13 de algodão, 9 de louças de barro, 6 de linho e 78 teares. Em 1872, o número de curtumes sobe para 36 e o de teares vai para os 130. De fato, os têxteis, incluindo a produção do linho, algodão e o número de teares que provavelmente estariam distribuídos pelos domicílios dos artesãos, superavam as outras actividades. O Inquérito Industrial de 1881 indica que no Continente, e nesta indústria, cerca de 50% do pessoal trabalhava no domicílio, 25% em oficinas e outros 25% em indústrias fabris.

Já no século XVI, a indústria vimaranense destacava-se no Vale do Ave. Mas foi somente a partir de meados do século XIX que se sentiu mais intensamente o desenvolvimento industrial em Guimarães, sendo criada a Associação Comercial e Industrial de Guimarães (1865), a Associação Artística Vimaranesa, composta por artistas e industriais, e a realização da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, juntamente com a abertura do Caminho-de-Ferro - iniciativas que expressavam o grande impulso que vivia a indústria vimaranense. Assim, na esteira de um movimento desenvolvimentista, a oficina deu lugar à indústria e,

¹ Registo (livro) mapa estatístico dos recursos que oferecem Guimarães - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 19-5-16).

consequentemente, as corporações passaram a associações. De acordo com Scott (1999:61), os efeitos da concorrência internacional (Europa e América) alcançaram a indústria de Guimarães nos finais do século XIX e mostraram a necessidade de uma mecanização e da criação de serviços técnicos de apoio. Até este momento e ainda nos inícios deste século, a produção era toda manual, e ainda não tinham sido instalados teares mecânicos movidos a água ou vapor.

A mecanização da produção têxtil acabou por neutralizar um acentuado crescimento de pequenas e médias unidades oficiais que se inscreviam numa malha de tarefas a domicílio. Entretanto, apesar da predominância do sector secundário na economia vimaranense, a agricultura persistiu, seja mecanizada ou como factor de subsistência. A demografia saldava-se por um crescimento continuado, o qual pode ser observado pelos mapas estatísticos da população do concelho de Guimarães para o período compreendido entre 1873 a 1883 e 1893. Assim, no primeiro intervalo de tempo (1873 a 1883), tem-se uma média de 44.160 habitantes por ano, com 44.173 habitantes para 1873 e 45.060 para 1883. Em 1893, o número de habitantes no concelho é de 48.840.

Na transição para o século XX, os estabelecimentos industriais de grande e pequeno porte dividiam e disputavam ainda o mesmo espaço na economia, segundo informa um questionário sobre o concelho², datado de 1895, e entre estes avultam pela sua importância os relativos às indústrias de tecido branco, cotins, tecidos de malha, fiação de algodão, cutelaria, preparação e curtimento de couros, etc. O pessoal empregado era de 7.000 a 8.000 operários de ambos os sexos, maiores e menores.

3. A construção da rede escolar do ensino elementar no concelho de Guimarães

De acordo com Magalhães (1996a), em 1821, existiam no concelho de Guimarães 4 cadeiras régias de Primeiras Letras, 1 de Gramática Latina, 1 de Retórica e 1 de Língua Grega. Já em 1829, o concelho contava com 46 mestres - 19 na vila e 27 no termo. Dos 19 mestres que ensinavam na vila, 12 eram do sexo feminino e 2 ensinavam conjuntamente. No termo só

² Mapas estatísticos - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B 20-4-41).

existiam mestres e, destes, 10 não tinham o magistério como sua ocupação principal - 7 eram eclesiásticos, 1 lavrador, 1 cirurgião e 1 minorista -, 13 ensinavam gratuitamente e somente 4 obtiveram provisão régia. As 27 cadeiras foram distribuídas por 23 freguesias: 1 em Santo Tirso dos Prazins, 1 em Gondomar, 1 em Arosa, 1 em Castelões, 1 em Santa Eulália de Barrosas, 1 em Santo Adrião de Vizela, 1 em S. Martinho de Silves, 1 em Golães, 3 em S. Romão de Arões, 1 em Caldelas, 1 em Vila Nova de Sande, 2 em S. Lourenço de Sande, 1 em Santa Cristina de Longos, 1 em Santo Estevão de Briteiros, 1 em Gominhães, 2 em Rendufe, 1 em Gonça, 1 em Freitas, 1 em S. Jorge de Cima de Selho, 1 em Brito, 1 em Fareja, 1 em Fermentões, 1 em Donim (Braga, 1946).

Em 1842, às cadeiras já existentes, somam-se mais 11, distribuídas pelas seguintes freguesias: 2 em Santa Cristina de Arões, 1 em S. Salvador de Briteiros, 1 em S. João das Caldas de Vizela, 1 em S. Martinho do Conde, 1 em Santa Maria de Guardizela, 1 em S. Salvador do Pinheiro, 1 em Santa Maria do Souto, 2 em S. Tomé de Travassós, 1 em Serafão. Dessas 11 cadeiras, 7 eram particulares, significando um duplo investimento financeiro em instrução por parte da população, pois, além da remuneração paga ao mestre particular, era necessário contribuir com o subsídio literário - imposto especial destinado ao pagamento dos mestres régios.

Outrossim, nos livros de registo geral das provisões e sentenças³, encontrou-se o provimento de mestres régios em cadeiras de primeiras letras para a freguesia de S. Martinho de Sande (1805), S. Cláudio do Barco (1811), Santa Eulália de Pentieiros (1821), S. Miguel das Caldas (1821), Ruivães (1821), Couto de Parada de Bouro (1821), Santa Cristina de Serzedelo (1829) e S. Paio de Figueredo (1832). O número de provisões para mestres régios, durante a primeira metade do século XIX, excede em muito o número de pedidos de licença para ensinar de professores particulares, sendo estes, geralmente, provenientes de mestres com cadeiras situadas na vila. Entretanto, as diversas fontes consultadas levaram a supor, primeiramente, que muitos mestres particulares não possuíam licença para lecionar e que havia também um grande contingente de mestres no quadro doméstico, mas que não se conseguiu rastrear.

³ Registo geral das provisões e sentenças nº 14 ao 28 - Arquivo Municipal de Guimarães (cotas M-2672, M-2673, M-2674, M-2675, M-2676, M-2677, M-2678, M-2679, M-2680, M-2681, M-2682, M-2683, M-2684, M-2685, M-2686).

Quanto ao ensino feminino, este concentrava-se na vila e desenvolveu-se lentamente em relação à instrução para o sexo masculino.

Assim, analisando o Quadro 1, pode-se observar que a formação da rede escolar para a primeira metade do século XIX é caracterizada por uma acentuada presença de mestres particulares, com destaque para alguns casos onde os mestres régios conviviam com mestres particulares no mesmo território da sua cadeira. Existiria uma exacerbada procura de instrução que justificasse tal cumulação na oferta de ensino? Seria ineficiência no cumprimento das funções docentes por parte dos mestres régios, ou fatores de ordem social e cultural relacionados com um maior controlo, vigilância ou dependência das ações dos mestres particulares pelas comunidades locais?

A tendência para a cumulação também ocorre noutro sentido, o de formação de núcleos instrucionais, a partir do agrupamento de freguesias que dispunham de cadeiras de primeiras letras, em meio a zonas que pouco ou nada possuíam, como no caso das regiões Sul e Sudeste do concelho com cadeiras apenas em Santa Eulália de Pentieiros, Santa Cristina de Serzedelo e S. Miguel das Caldas de Vizela. Essas lacunas na oferta de instrução eram acentuadas pela existência de uma rede rodoviária bastante deficitária e pela concentração de oferta de instrução nas freguesias próximas ao rio Ave, pois constituía uma via de acesso mais facilitada e de escoação da produção, não excluindo a importância das feiras como um dos focos de atração comercial e populacional. Segundo Magalhães (1996:4a), as freguesias que por meados do século XIX, tinham uma escola, eram também aquelas em que se realizava uma feira regular, o que, se traduz uma vitalidade demográfica, não pode deixar de corresponder a uma diversidade económica e social libertadora de força de mão-de-obra operária, reflectindo uma superação do sentido autárcito e uma mercantilização das formas de vida e da força de trabalho. (...) Esta secundarização dos estilos e práticas de vida está associada ao desenvolvimento da cultura escrita e sua apropriação no quotidiano.

Outro ponto relevante na constituição da rede escolar vimaranense, anterior à década de 50, é a tendência a estabelecer-se cadeiras nos limites concelhios, provavelmente como forma de sobrepor-se ou rivalizar com populações alfabetizadas de outros concelhos, como no caso de Santa Cristina de Longos, Donim, Gonça, Arosa, Castelões, Rendufe e Santa Cristina de Serzedelo.

QUADRO 1 - Mapa escolar do concelho de Guimarães para a primeira metade do século XIX

Data	Localidade	Número de cadeiras	Tipo de cadeira
1805	S. Martinho de Sande	01	Régia
1811	S. Cláudio do Barco	01	Régia
1821	Couto de Parada do Bouro*	01	Régia
1821	Ruivães*	01	Régia
1821	S. Miguel das Caldas	01	Régia
1821	Santa Eulália de Pentieiros	01	Régia
1829	Oliveira	07	Indefinidas
1829	S. Sebastião	07	Indefinidas
1829	S. Paio	04	Indefinidas
1829	S. Tirso dos Prazins	01	Particular
1829	Gondomar	01	Particular
1829	Santa Cristina de Serzedelo	01	Régia
1829	Arosa	01	Particular
1829	Castelões	01	Particular
1829	Santa Eulália de Barrosas*	01	Particular
1829	Santo Adrião de Vizela*	01	Régia
1829	S. Martinho de Silhares	01	Régia
1829	Golães*	01	Particular
1829	S. Romão de Arões	03	02 Particulares e 01 régia
1829	S. Tomé de Caldelas	01	Régia
1829	Vila Nova de Sande	01	Particular
1829	S. Lourenço de Sande	02	Particular e régia
1829	Santa Cristina de Longos	01	Particular
1829	Santo Estevão de Briteiros	01	Particular
1829	Gominhães	01	Particular
1829	Rendufe	02	Particulares
1829	Gonça	01	Particular
1829	Freitas*	01	Particular
1829	S. Jorge de Cima de Selho	01	Particular
1829	S. João de Brito	01	Régia
1829	Fareja*	01	Particular
1829	Fermentões	01	Particular
1829	S. Salvador de Donim	01	Particular
1832	S. Paio de Figueiredo	01	Régia

1834	Silvares de Monte Longo*	01	Régia
1842	Santa Cristina de Arões*	02	Particular e régia
1842	S. Salvador de Briteiros	01	Particular
1842	S. João das Caldas	01	Particular
1842	S. Martinho do Conde	01	Particular
1842	Santa Maria de Guardizela	01	Régia
1842	S. Salvador do Pinheiro	01	Régia
1842	Santa Maria de Souto	01	Particular
1842	S. Tomé de Travassós*	02	Particular e régia
1842	Serafão*	01	Particular

Fontes: MAGALHÃES, Justino (1996). Escolarização, sociedade e desenvolvimento em Guimarães, na transição do Antigo Regime. In *2º Congresso Histórico de Guimarães - História Local II - Idade Média séculos XIII - XV - Época Contemporânea*. Vol. VII. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - Universidade do Minho; pp. 417 - 429.

Registo geral das provisões e sentenças (1802 - 1892) - Arquivo Municipal de Guimarães.

*Essas localidades compunham a comarca e provedoria de Guimarães. Para o terceiro quartel do século não mais pertenciam ao território vimaranense.

Para a segunda metade do século XIX, no que diz respeito à rede de ensino particular, regista-se um total de 45 estabelecimentos situados na zona urbana, que ofereciam instrução primária e outras modalidades de ensino, como aulas preparatórias para exames, ensino liceal, ensino secundário, cursos profissionalizantes, aulas de línguas estrangeiras, etc. Desses, 16 eram destinados ao sexo masculino, 12 ao feminino, 12 eram mistos, ou sem definição do público alvo, e 5 eram cursos nocturnos que, em geral, eram mais direccionados a adultos. Convém enfatizar que esse contingente de estabelecimentos não existiu em simultâneo, tendo alguns curta duração e outros que existem até hoje, como é o caso da Escola do Asilo de Santa Estefânia e do Colégio de Nossa Senhora da Consolação. Quanto aos cursos nocturnos, estes foram, na sua maioria, promovidos pela iniciativa particular, com objectivos que iam desde a simples alfabetização até à aquisição de conhecimentos técnicos, como por exemplo noções comerciais. Sabe-se de apenas um curso nocturno oficial, para o período de 1866 a 1892, com o propósito de promover a alfabetização de adultos (Azevedo, 1993a).

Para as freguesias rurais, foi feita referência somente a três escolas particulares: Escola Briteirense, situada na freguesia de S. Salvador dos Briteiros; Colégio de S. Dâmaso, na freguesia de Santa Marinha da Costa; Escola Particular de Caldas das Taipas, na freguesia de S. Tomé de

Caldas. Entretanto, nos autos de concursos para professor do ensino primário particular⁴, no período de 1851 a 1853, concorreram professores para as freguesias de Santa Marinha de Aroza, S. Cosme de Lobeira, S. Miguel das Caldas, S. Miguel de Creixomil e S. João Batista de Gondar. Desses, apenas o candidato para Santa Marinha de Aroza tinha habilitação para assumir as funções; o de S. Miguel de Creixomil foi aprovado devido ao fato de ser portador de deficiência e não ter outro meio de subsistência. Foi excluído o candidato para a freguesia de S. João Batista de Gondar por não possuir formação adequada, e os demais possuíam muita experiência e pouca formação, ficando a cargo da Rainha as suas nomeações. Na inspeção de 1863 - 1864⁵, consta uma escola particular mista em S. Martinho do Conde. Numa nota das escolas de instrução primária particulares para o ano de 1872⁶, a freguesia de S. Miguel de Gonça possuía uma escola particular mista, e a de S. Lourenço de Selho possuía uma escola particular masculina. No recenseamento das crianças em idade escolar para o ano lectivo de 1884 - 1885⁷, foi salientada a existência somente de uma escola particular para o sexo feminino na freguesia de S. Lourenço de Sande. Em S. João das Caldas de Vizela, existia um curso particular nocturno para adultos e crianças, no ano de 1881, conforme requerimentos à câmara⁸, e na freguesia de S. Tomé de Abação existia uma escola particular masculina (1888), conforme consta na relação enviada à junta escolar dos alunos que iam a exames⁹.

De modo geral, na segunda metade do século XIX, verifica-se uma redução no número de professores particulares para as freguesias rurais. Entretanto, pondera-se ainda a existência de professores que ensinavam no quadro doméstico, apesar das fontes analisadas não permitir o acesso a maiores informações sobre o assunto, com destaque apenas para a notícia de que havia um eclesiástico que leccionava na casa da Condessa de Vila Pouca¹⁰.

No que diz respeito à rede oficial de ensino, Azevedo (1993a) refere o início do funcionamento da primeira escola oficial feminina na sede do

⁴ Autos de concurso para mestre de disciplina - ensino particular (1851 - 1853) - Torre do Tombo (maço 4225).

⁵ Relatório de inspecção das escolas primárias 1863 - 1864 - Torre do Tombo (maço 4091).

⁶ Registo (livro) mapa estatístico dos recursos que oferecem Guimarães - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 19-5-16).

⁷ Assentos de instrução primária do concelho de Guimarães - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 23-1-19).

⁸ Requerimentos à câmara - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 20-4-47).

⁹ *Idem* (cota B - 23-1-19).

¹⁰ *Idem* (cota B - 23-1-19).

concelho em 1853, apesar de se ter ciência de 12 mestras ensinando na vila, no início do século, e que supostamente se dedicavam à instrução do sexo feminino, entretanto não se sabe se possuíam provisão régia ou se eram mestras particulares. A pouca oferta de instrução feminina impelia as crianças do sexo feminino a frequentarem escolas masculinas, infringindo assim a legislação que não aprovava a coeducação.

Na década de 50, foi criada apenas a escola de ensino primário para o sexo masculino em S. Torcato (1855), seguida, em 1869, pela criação da escola para o sexo feminino. Em 1863, sabe-se do funcionamento de uma escola de ensino primário oficial para o sexo masculino, na freguesia de Santa Eulália de Nespereira e, em 1866, foi criada uma escola masculina em S. Jorge de Cima de Selho. Na década de 70, a freguesia de S. João das Caldas de Vizela e de S. Martinho de Sande foram contempladas com escolas para os dois sexos, como obra benemérita do padre José Joaquim Gomes e de Maria Alexandrina Vieira Marques, respectivamente. Na freguesia de São Martinho do Conde, foi criada uma escola para o sexo masculino, no âmbito do legado do Comendador Manuel da Cunha Guimarães Ferreira. Para a década de 80, fundou-se uma escola mista em S. Martinho de Gondomar (1886), uma masculina em S. Tiago de Lordelo e uma feminina em S. Tomé de Caldelas. Existe ainda uma referência à criação de uma escola feminina em Santa Maria de Souto (1886), mas não há indicação de provimento de professora, não se sabendo se chegou a funcionar ou não, o mesmo sucedendo para Gémeos e S. Tiago de Ronfe, em 1887. Há registo do funcionamento de uma escola feminina para Santa Eulália de Nespereira, em 1888, e a criação de uma escola masculina em Santa Maria do Souto.

Observa-se, até à década de 80, um lento desenvolvimento da rede escolar elementar, permanecendo, praticamente, a mesma tendência cumulativa, com a criação de novas escolas em freguesias vizinhas às que já dispunham ou, ainda, a tentativa de acompanhar, ou concorrer, com o ensino particular ao serem criadas escolas onde, pelo menos, tinha existido ou existia um professor particular. O ensino feminino, a partir da segunda metade do século, começou a despontar de forma incipiente nas freguesias rurais.

Numa relação dos professores de instrução primária¹¹, datada de 1895, são listados 20 professores e 2 ajudantes, estando 2 situados na vila - escola

¹¹ Diferentes documentos da câmara referentes a instrução primária - Arquivo Municipal de Guimarães (cota A - 4-599).

masculina e feminina - e os demais nas freguesias rurais. Essa informação é confirmada pelo orçamento da receita e despesa para a instrução primária de 1896, onde há o registo do pagamento de 20 professores e 2 ajudantes. Para o ano seguinte, foi acrescido no orçamento o pagamento de mais 24 professores (não foi feita referência aos ajudantes), totalizando assim 44.

A transição para o século XX foi marcada por um relativo avanço no desenvolvimento da rede escolar, com a criação de mais 30 escolas, para além das 20 já existentes, sendo 19 mistas, 7 masculinas e 4 femininas - número ainda insuficiente para suprir a população das 80 freguesias vimaranenses. Dessas 30 escolas, pelo menos duas, em 1901, ainda se encontravam desactivadas. Entretanto, no orçamento da receita e despesa da instrução primária para o ano de 1903¹², o total de escolas vagas ou desactivadas baixa para 45, conforme indica o número de professores pagos.

Duas dessas escolas estavam situadas na cidade - uma masculina e outra feminina. Em S. Miguel de Gonça foi criada uma escola mista; em S. João de Brito, onde já existia uma escola masculina, foi criada uma feminina; S. Tomé de Abação, S. Paio de Vizela e S. Faustino de Vizela foram contempladas com escolas mistas, favorecendo o aumento de oferta de instrução no sudeste do concelho; as freguesias de S. Romão de Mesão Frio, Vila Nova de Infantas e Santa Maria de Atães, situadas a leste do concelho, região totalmente carenciada de escola, foram beneficiadas com duas escolas mistas e outra masculina, respectivamente; S. Tiago de Ronfe, freguesia que possuía uma escola vaga na década de 80, foi beneficiada com uma escola masculina; as freguesias de Infias e Castelões foram beneficiadas, cada uma, com uma escola mista; a escola masculina existente em Santa Cristina de Serzedelo, em 1829, foi transformada em mista; as escolas mistas das freguesias de Leitões e Santa Maria de Airão contribuíram para suprir a lacuna existente no noroeste do concelho; a margem direita do rio Ave estava lentamente sendo suprida com uma escola mista em Santa Eufémia dos Prazins e outra masculina em S. João da Ponte; em S. Lourenço de Selho foram criadas duas escolas, uma masculina e outra mista, estando em funcionamento apenas esta última; a escola mista, criada na freguesia de S. Cristóvão de Selho, encontrava-se vaga, entretanto a de S. Martinho de Candoso (obra benemérita de José Albino de Abreu Cardoso) encontrava-se em funcionamento; Santa Cristina de Longos e Santo Estêvão de Briteiros, esta última constituindo obra

¹² Mapas estatísticos - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 20-4-41).

benemérita de João Antunes Guimarães, ganharam escolas mistas; as freguesias periféricas à cidade - Santo Estevão de Urgeses, S. Miguel de Creixomil e S. Pedro de Azurém - foram favorecidas com escolas mistas, formando uma cintura em torno do perímetro urbano, descongestionando-o do fluxo da população suburbana; foram criadas também duas escolas (uma masculina e outra feminina) na freguesia de Garfe.

O ensino complementar teve início apenas em 1890, com a criação de uma escola municipal complementar de carácter provisório, por não poder a câmara criar uma nova escola primária elementar que comportasse também o ensino complementar como regia a lei. Muita polémica surgiu em torno dessa escola, principalmente no que diz respeito ao pagamento das taxas, que foram, posteriormente, abolidas sem a aprovação do presidente da câmara, alegando ser a escola frequentada, na sua maioria, por alunos abastados, além do grande investimento empregado para montar a escola e das baixas propinas cobradas em relação a outros estabelecimentos estatais¹³.

A dinâmica da formação da rede escolar vimaranense incita a acusar o poder público de alguma negligência em relação à causa da instrução primária. Assim, ao ser criado o Fundo Especial de Instrução Primária, em 1894, a Câmara Municipal de Guimarães era chamada a contribuir, logo no início do ano, com uma certa quantia e que esta alegava causar-lhe "os maiores embaraços à sua gerência, e até a impossibilitará de ocorrer às restantes e avultadas despesas obrigatórias, tais como: expostos, empregados administrativos e municipais, rendas de casa para repartições públicas, juros e amortização de empréstimos, iluminação pública, reparação de ruas e caminhos"¹⁴. Esta situação deixa entrever o quão negligenciada se encontrava a instrução primária oficial, por parte dos poderes públicos, se comparada com outros assuntos de ordem social, como por exemplo, os elevados encargos com os expostos, levando, inclusive, a câmara a desenvolver um sistema de vigilância e controle sobre as mulheres grávidas, obrigando-as a criar os seus filhos. Dessa forma, nos livros de termos por onde as mulheres grávidas se obrigam a criar os seus filhos¹⁵, para o período compreendido entre 1869 a 1876, é dito que "estando votado no orçamento da receita e despesa privativa do districto uma verba para despesa com a polícia de expostos com o fim de obstar ao excessivo número de exposições

¹³ Livro de actas da câmara municipal - Arquivo Municipal de Guimarães (cota M - 1865).

¹⁴ *Ibidem* (cota A - 4-599).

¹⁵ Termos (livro de) por onde as mulheres grávidas se obrigam a criar seus filhos - Arquivo Municipal de Guimarães (cotas A - 9-4-62 e A - 9-4-63)

de crianças que diariamente aparecem abandonadas com eminente risco de sua vida e grande despesa ao districto, julgo da maior conveniência [que] procure estabelecer nas freguesias desse concelho agentes que tomem a seu cuidado averiguar secretamente (...) as mulheres solteiras (...) sem que seja declarar o nome do denunciante a quem deve ser garantido o segredo da sua denuncia (...)”. É de ressaltar que aos denunciantes eram oferecidas recompensas em dinheiro.

Ao Governo Civil ainda se deveram algumas intervenções, mobilizando a câmara de modo a fazê-la cumprir a legislação para a instrução pública, regulando e fiscalizando as suas acções. É também por intermédio do Governo Civil que a câmara ascende ao legado deixado pelo Conde Ferreira, em 1866, para a construção de uma escola de instrução primária. Todavia, e apesar de ter recebido o pagamento da primeira prestação do legado, a câmara, em 1871, ainda não tinha adquirido o terreno para a construção da escola, perdendo assim o legado.

Ao ponderar o número de cadeiras de primeiras letras para a primeira metade do século, tem-se o total de 13 cadeiras régias para as freguesias rurais e, pelo menos, 2 para a cidade. Entretanto, para a segunda metade do século e até 1896, consta no orçamento para a instrução primária o pagamento de apenas 22 professores oficiais, o que representa um acréscimo de 7 cadeiras ao total já existente e uma lenta expansão da rede oficial de ensino do concelho, ou uma paralisação parcial na oferta de instrução primária pública, contrariando assim os ideais liberais e a crença exacerbada na instrução para o desenvolvimento da Nação, que era cultivada e defendida pela legislação e refletida nas diversas reformas do ensino durante todo o século. A que se deve isto? Pode-se, de fato, acusar o poder público de negligência em relação aos assuntos da instrução? Há uma paralisação ou retrocesso na dinâmica de expansão da rede escolar vimaranense?

Sabe-se que, somente na década de 90, houve realmente um salto significativo no que diz respeito ao aumento do número de escolas oficiais, crescendo para 44 os estabelecimentos em funcionamento, no total ainda insuficiente para satisfazer o que regia a legislação, especificamente o decreto de 22/12/1894, artigo 10º (determinava que fossem criadas duas escolas por cada freguesia, implicando a criação de 140 escolas no concelho), e para atender à população, de forma a fazer cumprir o princípio da obrigatoriedade escolar, visto o concelho, no século XIX, ser marcado por um relativo aumento demográfico, segundo revelam os censos e os mapas

estatísticos. Assim, de acordo com o mapa estatístico da população¹⁶ para o ano de 1878, Guimarães possuía 43.989 habitantes e, para 1900, segundo o censo da população¹⁷, o concelho apresentava um total de 54.723 habitantes.

f. Condições materiais das escolas

Na Cadeira de Primeiras Letras à Escola de Instrução Primária, como era designada na transição para o século XX, em termos materiais, poucas alterações marcaram essa passagem. Era ao mestre régio, funcionário público habilitado, com função regulada pelo Estado e vencimento considerável, que cabia, em geral, o provimento material do ensino, tanto no que dizia respeito ao arrendamento do edifício, que era, quase sempre, em domicílio, como do mobiliário e alfaia - estas em menor proporção, pois os pais ficavam com os maiores encargos.

A realidade no concelho de Guimarães não destoava da restante do país, estando as escolas instaladas, na maioria dos casos, em salas alugadas pelo próprio professor ou em regime de cooperação entre este e a câmara ou junta de paróquia, dependentes da benevolência de algum particular, funcionando em prédios emprestados, ou ainda, no caso do professor ser um eclesiástico, na casa paroquial, e só muito raramente é que a câmara, ou juntas de paróquia, se responsabilizavam pela renda integral. As casas eram minimamente adaptadas ao funcionamento escolar, com mobiliário insuficiente, condições higiénicas más ou sofríveis, estado de conservaçãoplorável, e uma situação geográfica, por vezes, não muito favorável ao acesso dos alunos.

Assim, no relatório de inspecção das escolas primárias para 1863 - 1864¹⁸, as 8 escolas oficiais inspeccionadas, em Guimarães, confirma-se a situação acima descrita: casas alugadas, com rendas pagas pelos professores, pouco espaçosas, mobílias e alfaia insuficientes e ainda propriedade do professor. As condições de higiene, em geral, eram sofríveis. Ressalta-se, ainda, a existência de 6 escolas particulares, onde 4 apresentavam condições materiais regulares. A inspecção do ensino

Mapa estatístico da população de Guimarães - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 19-5-9).

Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900. Volumes I e II - Biblioteca Nacional (cota pp 4893a).

Estatística da instrução primária em Portugal organizada sobre a inspecção extraordinária de 1863 a 1864 - Biblioteca Nacional (cota sc 11559/72p).

primário, de 1866¹⁹, apenas comprovou o que já havia sido levantado pelo relatório da inspeção de 1863 - 1864.

Para o ano de 1869 - 1870, o mapa das escolas de instrução primária para o distrito de Braga, concelho de Guimarães²⁰, demonstra que: das 11 escolas oficiais, 10 funcionavam em edifícios arrendados e 1 em prédio de propriedade do professor. Das 10 escolas arrendadas, 5 eram pagas pelo professor, 1 em cooperação entre professor e junta, 2 pagas somente pela junta, 1 paga pela câmara e 1 por um particular. Do total das escolas, somente metade apresentava boas condições higiénicas. Quanto à mobília e utensílios: 3 possuíam mobília do professor em quantidade suficiente, 4, apesar de ter mobília do professor, esta era insuficiente e 4 possuíam mobília da paróquia em número suficiente. Foram registadas 6 escolas particulares, sendo 2 pertencentes ao Asilo de Santa Estefânia e 4 eram propriedade dos professores; apenas uma apresentava condições higiénicas sofríveis e 2 sofriam com insuficiência de mobília.

Outrossim, no livro de registo dos recursos que oferece Guimarães, em nota das escolas públicas, para o ano de 1870, que têm casa própria ou que o Estado, câmara, juntas de paróquia ou outros estabelecimentos lhes pagam a renda, das 12 escolas listadas, 3 tinham rendas pagas pelos professores, 1 funcionava no extinto Convento de São Francisco e que, na data, pertencia ao Ministério da Guerra, 1 funcionava na casa do professor que era eclesiástico, 2 eram pagas pela junta, 3 em cooperação entre professor e câmara ou professor e junta, e 2 omitiram a sua situação.

De acordo com Azevedo (1993a), durante o século XIX, a construção de escolas por iniciativa autárquica foi escassa, existindo apenas três escolas primárias construídas pelas juntas de paróquia de S. Tomé de Caldelas, Lordelo e S. Martinho de Gondomar. Em S. Tomé de Caldelas, a construção abrangeu as escolas para o sexo masculino e feminino, em S. Martinho de Gondomar, uma escola primária mista e em Lordelo, uma para o sexo masculino.

O decreto de 1894 obrigava a câmara a contribuir com o Fundo Especial de Instrução Primária com uma quantia que, segundo esta, não dispunha para satisfazer o determinado na lei, além de ter que dotar todas as freguesias, no espaço de dois anos, com duas escolas em cada uma. A câmara alegava que, se cumprisse o estipulado, a verba empregada para o ensino iria

¹⁹ Inspeção das escolas primárias do distrito de Braga - 1866 - Torre do Tombo (maço 4104).

²⁰ Mapas das escolas de instrução primária, públicas e particulares, com relação ao ano escolar de 1869 - 1870 - Torre do Tombo (maço 4232).

trazer-lhe problemas e até impossibilitar o gasto com outras despesas obrigatórias como já descrito anteriormente. A despesa com instrução primária, até então, representava cerca de 32% do exigido pela nova lei.

Em finais da década de 90, a situação permanecia inalterada. O orçamento da câmara do ano de 1896 para instrução primária, por exemplo, não previa gastos com mobília, material escolar para os professores e alunos, e manutenção dos edifícios. Todavia, no ano seguinte, todas essas despesas são contabilizadas, acabando por provocar um deficit de 30% no orçamento²¹.

Para o ano de 1899, muitas escolas foram atendidas com mobília e, entre 1900 e 1902, 42 escolas receberam materiais didáticos e de escrituração de uso do professor. No entanto, a situação de abandono em que ainda se encontravam algumas escolas era patente, sendo confirmada por pedidos recorrentes de mobília, muitas vezes sem resposta. Dessa forma, em um requerimento à câmara²², a professora da escola primária oficial da freguesia de Santa Maria de Airão, Maria Joana Dias Leite, reitera o pedido da mobília escolar, alegando que todas as crianças estão “estudando e escrevendo em posições esquisitas, impróprias e mesmo anti-higiénicas, pois lhe servem de mesas uns bancos sem as dimensões precisas (...)”.

Entretanto, o orçamento da receita e despesa com a instrução primária, para o ano de 1903, já previu gastos com mobília e material de ensino, livros e impressos de escrituração escolar, despesas imprevistas, além do já normalmente presente nos orçamentos anteriores.

Durante muito tempo, a rede escolar do ensino elementar, em Portugal, no que diz respeito à sua materialidade, possuiu um panorama calamitoso, funcionando em prédios arrendados, em péssimo estado de conservação e sem as melhores condições de higiene, mobiliário e material escolar. Foi somente na segunda metade do século XIX que surgiram, no âmbito do legado do Conde Ferreira, as primeiras edificações de raiz para a escola elementar, não sendo, contudo, o concelho de Guimarães beneficiado.

5. Os professores

O estatuto da profissão docente, para o século XIX, compreendia professores efetivos no quadro do funcionalismo público (vitalícios) e

²¹ *Ibidem* (cota A - 4-599).

²² *Idem* (cota A - 4-599).

professores temporários (substitutos), com situação provisória, concorrendo à renovação do provimento a cada três anos. Tratava-se de um corpo docente, na sua maioria, laico, com formação de base variada e habilitado por exames ou pelas Escolas Normais.

Dessa forma, a rede escolar de instrução elementar do concelho de Guimarães era formada, na generalidade, por professores laicos, com remunerações ínfimas e grandes encargos com a manutenção da infraestrutura escolar, habilitações literárias de base diversificadas e contratos provisórios que, ao fim de três anos, passavam a vitalícios. Possuir uma boa conduta moral e civil constituía um aspecto crucial para um agente regulador das práticas sociais locais, como era o professor.

No que diz respeito às habilitações literárias de base, nos autos de concurso para professor do ensino particular²³, para a década de 50, privilegiava-se a formação teórica em detrimento da experiência, ficando a cargo da Rainha conferir, ou não, a licença para o magistério aos candidatos que possuíssem um nível de experiência superior às habilitações literárias. Entretanto, a Inspeção de 1863 - 1864, para o concelho de Guimarães, demonstra que a maioria dos professores das escolas oficiais possuía contratos temporários e que 75% não dispunham de habilitação literária superior ao 1º grau da instrução primária; quanto ao ensino particular, não foram feitas referências às habilitações dos professores. Já na Inspeção de 1864²⁴, relativamente às escolas oficiais, registou-se uma evolução na qualificação do corpo docente, possuindo todos os professores uma boa conduta moral e civil, habilitação literária e aptidão para o ensino, oscilando entre boas (25%) e suficientes (75%). Esta situação pode ser confirmada ainda pela Inspeção de 1866.

A Inspeção de 1869 - 1870, revela uma rede escolar, oficial e particular constituída, em geral, por professores do sexo masculino, seculares, com desempenho e capacidade literária suficientes e conduta moral regular. Assim, a nível concelhio, de um total de 17 escolas que constam no inquérito - 6 particulares e 11 oficiais - apenas um professor era eclesiástico; dos professores particulares, somente 2 não tinham título de capacidade; dos professores oficiais, 7 possuíam provimento temporário e 5 vitalício; a maioria do professorado demonstrava um desempenho regular das suas funções, com exceção de 2 professores do ensino oficial; quanto

²³ *Ibidem* (maço 4225).

²⁴ Mapa estatístico, por concelho, por cadeiras públicas de instrução primária existentes no distrito de Braga - 1864 - Torre do Tombo (maço 4228).

às habilitações literárias, 14 professores tinham habilitações regulares, 2 apresentavam formação distinta e 1 possuía pouca formação.

Para a década de 80, os processos de concursos para professores de instrução primária elementar²⁵ demonstram professores com habilitações para o magistério creditadas através de exames junto da inspeção da circunscrição escolar de Braga ou por diplomas da Escola Normal do Porto, gerando uma disputa de forças entre a junta escolar e a sub-inspeção, pois dificilmente chegavam a um consenso na classificação dos candidatos.

Diversas fontes revelam que, para muitos desses professores, a sua carreira foi marcada por um longo itinerário por várias escolas de diversas zonas do Norte, até se fixarem no seu concelho de origem. Observa-se, também, não haver diferenciação na regulação da função docente, tanto a nível oficial como particular, aplicando-se os mesmos critérios de avaliação, inspeção e fiscalização no que diz respeito à formação, desempenho das funções, aptidão e conduta moral. Salienta-se, para o professorado em geral, oficial e particular, a omissão em responder aos inquéritos de inspeção. Este fato pode ser constatado comparando o movimento de criação de escolas particulares e oficiais com o escasso número de professores que respondiam aos inquéritos. Assim, para a inspeção de 1863-64, somente 8 professores, entre oficiais e particulares, responderam ao inquérito; para a de 1866, apenas 7, elevando-se este número para 16 na de 1869-70. A diminuta participação por parte dos professores do ensino particular nesses inquéritos poderá dever-se ao desempenho ilegal das funções, por não possuírem licença para ministrar aulas. E os professores do ensino oficial, a que se deve tal omissão?

6. A procura escolar

Dois dos factores a que estão relacionadas as altas taxas de analfabetismo, em Portugal, são o contraste entre cultura popular e erudita em oposição ao quotidiano das populações e a limitada mobilidade social que a escola oferece. Assim, por as populações disporem de baixas expectativas quanto à instrução, a escolarização passa a não depender apenas da formação de uma rede escolar.

²⁵ Processo de concurso para professor de instrução primária elementar - Arquivo Municipal de Guimarães (cota B - 20-1- 62).

No que diz respeito ao concelho de Guimarães, pode-se fazer uma aproximação às expectativas da população, analisando os requerimentos à câmara municipal, a partir da segunda metade do século. Dessa forma, nos requerimentos à câmara²⁶ para o período compreendido entre 1854 e 1871, não se verificou nenhum pedido de criação de cadeiras de primeiras letras ou protestos pela sua ausência. Para 1880 - 1882, registou-se apenas uma iniciativa popular, solicitando subsídio para o Colégio das Hortas, escola particular de instrução primária, liceal e de lições especiais de Belas Artes. Entretanto, por parte dos professores oficiais, havia pedidos de renovação de contratos de provimento, e de dois professores particulares, havia pedidos de subsídio para a abertura das suas escolas. Estas situações devem ser sublinhadas, por se tratarem de esforços que partiam do professorado e não da população. Quanto às solicitações da iniciativa privada, tanto a nível dos populares como dos professores particulares, estas deixam entrever que, por vezes, o sector privado desfrutava dos mesmos benefícios da rede oficial. A que se devia a solicitude do poder público em subsidiar a iniciativa privada? Haveria alguma pressão do sector particular sobre os órgãos do poder? De certo que significava mais uma oferta de instrução para a população e com um custo menor para o erário público. Mas que população podia frequentar tais escolas particulares?

Para 1902, já no século XX, verificou-se um único pedido para abertura de uma escola mista de instrução primária, por iniciativa popular e através da junta de paróquia, para a freguesia de Santa Marinha de Arosa. Nesta freguesia, no que concerne à instrução primária, havia tido somente uma missão escolar, em 1891, organizada pela Sociedade Martins Sarmiento e subsidiada pela Câmara Municipal e a escola mais próxima localizava-se na freguesia de Castelões que "(...) pela sua situação, pela natureza dos caminhos que são péssimos, nunca pode servir aos habitantes de Arosa". A câmara, em resposta, admite que a freguesia possui "(...) uma população de 350 pessoas na quasi totalidade analfabetas e não lhes sendo fácil, em virtude da posição geographica da referida freguesia, aproveitar-se da eschola de qualquer outra freguesia, parece-nos de toda a conveniência e justiça promover a criação da eschola pedida". A situação descrita revela uma rede escolar ainda com algumas lacunas na oferta de instrução.

Em síntese, ao contrastar-se a natureza dos requerimentos dirigidos à câmara com as imperfeições na constituição da rede escolar, vê-se que a

²⁶ Requerimentos à câmara - Arquivo Municipal de Guimarães (cotas B - 20-4-47, A - 6-5-12 e B - 22-4-90).

população se mostrava mais interessada no provimento de infra-estruturas básicas como água, iluminação, estradas, subsídio para a criação dos filhos menores (mais provenientes de moradores das freguesias rurais), licenças para construção ou reparação de casas, etc., do que com a instrução primária. Assim, para avaliar a procura de instrução primária, não basta ter em conta a pressão exercida pela população sobre o poder público na oferta de instrução, mas analisar, entre outros aspectos, a frequência dos alunos, rendimento escolar e a afluência aos exames.

Dessa forma, pela Estatística da instrução primária de 1863 - 1864, para o distrito de Braga, entre as principais causas da pouca frequência às escolas oficiais estavam os trabalhos agrícolas, seguidos dos afazeres domésticos e, em menor escala, motivos como grandes distâncias, pobreza e falta de arranjos, negligência e desleixo dos pais, incapacidade voluntária ou não dos professores, desleixo e pouco zelo dos professores, etc.

De acordo com o mapa estatístico, por cadeiras de instrução primária existentes no distrito de Braga e para o concelho de Guimarães, do Inquérito de 1864, estavam matriculados 599 alunos - 59 meninas e 540 meninos - em 8 escolas, mas com frequência regular de apenas 318, representando 53% do número de alunos matriculados inicialmente. Desses 318 alunos, apenas 24,5% ou 78 (9 meninas e 69 meninos) estavam aptos no fim do ano e somente 3 alunos fizeram o exame.

Para a Inspeção das escolas primárias de 1866 para o concelho de Guimarães, verifica-se um número razoável de alunos que frequentavam regularmente, onde das 7 escolas inspeccionadas - 1 feminina, 2 mistas e 4 masculinas, tem-se uma média de, aproximadamente, 40 alunos por escola. Quanto ao rendimento dos alunos, a grande maioria limitava-se ao saber ler, escrever, noções de aritmética e doutrina cristã, tendo um desempenho que oscilava entre o suficiente e o medíocre; as demais disciplinas - sistema métrico, história pátria, corografia e gramática - praticamente não existiam, registando-se em algumas escolas um número reduzidíssimo de alunos nas disciplinas de sistema métrico e gramática, enquanto o ensino de corografia era inexistente e o de história, além de ser ministrado somente numa escola, os alunos apresentavam um rendimento medíocre.

O mapa relativo ao movimento das escolas e habilitações dos alunos, no ano de 1866, revela serem raros os alunos que concluíam a instrução elementar, saindo a maior parte deles quando possuíam rudimentos de leitura, escrita e aritmética, não sendo nenhum aprovado em exame.

Os resultados da Inspeção de 1866 corroboram a análise realizada por Magalhães (2000:18) do Inquérito de 1875 para instrução primária, nove anos depois, onde, cruzando as informações referentes à *distribuição dos alunos* por disciplinas e classes, com a *distribuição das disciplinas* e o *resultado da inspeção*, concluiu que a

(...) ‘escola graduada’, ainda que consagrada nos termos legais de que os *Inquéritos* referem a distribuição das disciplinas por classes, como informação aos inspectores, não era cumprida. Os alunos surgem sempre mais avançados, quanto à classe em que se encontram, no que respeita à leitura, mas em classe inferior no que se refere à aritmética, para, em regra, nem ser referida a rubrica do sistema métrico decimal, nem as rubricas de gramática, história, corografia.

A diversidade e, ao mesmo tempo, a escassez de manuais constituía um empecilho para a aprendizagem e avanço dos alunos para as classes seguintes, exigindo do professor, por vezes, uma atenção individualizada e a aplicação de um modo de ensino misto.

Os manuais mais referidos na Inspeção de 1866 foram: abecedários e silabários de autores anónimos; cartilha do Abade de Salamonde; manuscrito de Duarte Ventura; manual enciclopédico e método fácilimo de Monteverde. Em número menor, foram referidos: gramáticas, Antigo Testamento, catecismo de Montpellier, missão abreviada, curso de caligrafia, sistema métrico e o livro dos meninos de Martinez de la Rosa. Quanto aos métodos de ensino específicos para cada disciplina, tinha-se: para o ensino da leitura, era aplicada a soletração antiga; para o ensino de gramática, havia um maior uso do método teórico ou teórico/prático; para o sistema métrico, eram mais usados os métodos teórico/prático ou, simplesmente, teórico.

Para o concelho de Guimarães, a Inspeção de 1869 - 1870 consta de um total de 17 escolas e 659 alunos, de ambos os sexos, que frequentavam regularmente a escola, pertencendo 66% ao ensino oficial e 34% ao ensino particular. A frequência feminina em relação à masculina era de 24%. Quanto aos alunos prontos no fim do ano, tem-se um total de 14% ou 93 alunos (88 meninos e 5 meninas) em relação aos que frequentam regularmente, sendo 59 do ensino oficial e 34 do ensino particular. Não há registo de nenhum aluno que tenha sido aprovado nos exames e apenas 2 alunos, de uma escola oficial, ingressaram no liceu.

No mapa dos recursos que oferece Guimarães, já referenciado anteriormente, consta uma nota das escolas particulares de instrução primária e o número de alunos que as frequentavam, no ano de 1872. De um total de 16 escolas (4 mistas, 4 masculinas e 8 femininas), tem-se uma média aproximada de 38 alunos por cada escola, o que constitui uma frequência razoável.

Já num mapa mensal das escolas oficiais da freguesia de S. Torcato, para o ano lectivo de 1883 - 1884²⁷, regista-se, para a escola feminina, em Março de 1884, 49 alunas com frequência regular; para a escola masculina, no mesmo mês, estavam matriculados 95 meninos e 92 frequentavam-na regularmente. Para o ano de 1882, nas freguesias de S. João das Caldas de Vizela e Oliveira, registou-se um número elevado de alunos, ultrapassando o limite de 60, sendo necessário a realização de concurso para ajudantes do ensino primário, conforme estipulado por lei. No ano de 1886, o delegado paroquial de S. João das Caldas de Vizela solicita à professora da escola de instrução primária feminina que diminua o número de alunas, por a casa não o comportar.

Através do percurso que tem sido traçado, torna-se pertinente uma revisão, mais detalhada, às atas do júri dos exames de instrução primária elementar e aos livros de registo dos exames do curso elementar. Assim, de acordo com as atas do júri dos exames, para o ano de 1882, dos 28 alunos inscritos, 14 foram aprovados, 12 desistiram e 2 foram reprovados. No ano seguinte, foram aprovados 14 e, em 1884, 27, registando-se uma subida em relação aos anos anteriores. De acordo com os livros de registo dos exames do curso elementar, há uma subida significativa, no período compreendido entre 1885 a 1891, de nove vezes mais alunos aprovados nos exames (média de 62,4 alunos por ano) em relação ao período de 1882 a 1884 (média de 18,3 alunos anuais), voltando a diminuir de 1892 a 1894 (37,7 alunos por ano), apesar de se manter ainda uma diferença de quase três vezes mais do que na primeira fase.

Enfim, ao serem cruzadas as informações das variadas fontes acima analisadas, referentes à frequência e aproveitamento escolar, com o total de alunos que se submetiam aos exames, vê-se que estes constituíam uma pequena parte dos que frequentavam a escola. Dessa forma, pode-se aferir que a frequência escolar, por vezes, não se traduz em alunos examinados ou mesmo possuidores das habilitações exigidas para se concluir a

²⁷ *Ibidem* (cota B - 23-1-19).

instrução elementar, não havendo, necessariamente, correspondência entre frequência, aproveitamento e creditação.

A frequência, o aproveitamento escolar e a creditação das habilitações não determinaram os níveis intermédios da cultura escrita daquelas pessoas que, por algum motivo, cedo abandonaram a escola sem concluírem a instrução elementar, saindo a maior parte delas quando possuíam rudimentos de leitura, escrita e aritmética, além de outras que foram alfabetizadas através do ensino doméstico ou em idade adulta. Uma vez que não há, necessariamente, correspondência entre frequência, aproveitamento e creditação, que nível de alfabetização caracteriza a população que não obteve creditação de seus estudos, ou que se valeu de estratégias alternativas de alfabetização? Em que medida o processo de industrialização desta zona do vale do Ave favoreceu a alfabetização ou vice-versa, uma vez que a escolarização, o trabalho e o desenvolvimento estavam intrinsecamente relacionados?

7. Conclusão

Durante o século XIX, todo o concelho vimeense sofreu um intenso processo de crescimento económico decorrente do desenvolvimento de suas indústrias têxteis, de cutelarias e dos curtumes, basicamente. Entretanto, de modo geral, o fomento à indústria e ao comércio ocorrido no concelho de Guimarães não dinamizou o desenvolvimento de uma rede escolar oficial, mas, de forma directa, implementou iniciativas privadas de cunho assistencial, cultural, instrucional e profissionalizante, o que ajudou a aplacar os altos índices de analfabetismo, principalmente entre a população citadina.

A lenta estruturação da rede escolar oficial para o ensino elementar, em Guimarães, caracterizou-se, dentre outros aspectos, por um movimento acumulativo de criação de escolas, em freguesias próximas uma das outras ou em zonas onde existia um professor particular, em relação a outras que de nada dispunham. Esse lento movimento de estabelecimento da rede escolar deveu-se a uma certa negligência do poder público em relação à causa da instrução primária e de inércia diante de certos financiamentos para criação de escolas por parte da iniciativa privada, como no caso do legado deixado pelo Conde Ferreira, que a câmara acabou por perder por falta de interesse. Outro factor que se pode conjugar à negligência e inércia do poder público são as expectativas da população em relação à

escola, pois, para além de evidenciar o contraste entre cultura popular e erudita, esta proporcionava também uma limitada mobilidade social.

A instrução ou a escola não constituíram objecto requerido por parte da população vimaranense do século XIX, havendo preocupação maior com a satisfação de infra-estruturas básicas como água, luz e outras. A frequência dos alunos, o rendimento escolar e a afluência aos exames também são ilustrativos das expectativas da população em relação à escola. A partir do cruzamento desses três factores, vê-se que apenas uma pequena parcela dos alunos que frequentava a escola se submeteram aos exames, significando que a frequência escolar não se traduzia em alunos creditados ou que concluíram a instrução elementar.

Portanto, de acordo com o que foi explicitado sobre a formação da rede escolar do ensino elementar no concelho de Guimarães, no século XIX, depreende-se que, no início do século XX, o panorama da instrução pública ressentia-se, ainda, de deficiências na sua oferta, com um total de 45 escolas - número insuficiente para um concelho com 80 freguesias -, além de problemas estruturais difíceis de superar a curto prazo como precariedade das instalações escolares, mobiliário e material escolar e problemas de ordem pedagógica, nomeadamente, baixo aproveitamento escolar. Sabe-se que se tratava de uma rede escolar praticamente suportada por particulares e professores, onde a câmara e as juntas de paróquia pouco contribuíam. Na prática, estaria a funcionar uma rede de escolas ou uma rede de professores? Quem assegurava a instrução? A que se devia o estado de inércia da junta escolar em relação às questões instrucionais?

Pode-se constatar que há um distanciamento entre a escola elementar descrita na lei e a existente na realidade, contrariando os ideais liberais e suas afirmações de fé na instrução, como forma de promover o desenvolvimento do País e a formação do cidadão. Entretanto, não existe um único responsável pelo retardado processo de construção de um sistema escolar nacional e pela sua incapacidade em aplacar os altos índices de analfabetismo, presentes até meados do século XX. Há que se ter em conta uma diversidade de factores de ordem política, económica, sociológica e cultural que se cruzam, repercutindo-se nas sucessivas reformas do sistema escolar ao longo do século. Considera-se, entretanto, que a realidade histórica não se reduz a um fluxo único de mudanças, envolvendo a existência de diversas temporalidades, com sobrevivências e rupturas. O tempo da escola, por exemplo, é lento, com a introdução

vagarosa de inovações científicas, estéticas, religiosas, metodológicas e disciplinares que, quando se insinuam, são parcialmente recodificadas para a formação de estruturas mentais multisseculares (Chartier, 1990).

Para além da rede escolar do ensino elementar oficial e particular, não se conseguiu identificar outras agências de alfabetização, apesar de se saber da existência do ensino doméstico, mas, devido à escassez de fontes, tornou-se impossível avançar. É certo que podia não se dispor de um sistema escolar capaz de atender a toda a população concelhia, mas havia a necessidade da busca de outras alternativas que proporcionassem o contacto com a cultura escrita, fato que se atribui a uma exigência socioprofissional e económica. Enfim, emergem muitas questões para as quais não se obteve explicação plausível. A natureza desse estudo conjugada a omissão das fontes documentais analisadas condicionaram uma maior compreensão de algumas questões suscitadas.

8. Bibliografia

1. Em volume

ALMEIDA, Eduardo (1908). A instrução popular no concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*, 25 (2), Abr.-Jun., pp. 57-74.

AZEVEDO, Rodrigo Martins Pinto (1993). *Alfabetização, escolas e professores em Guimarães (2ª metade do século XIX)*. Vol. I e II. Braga: Universidade do Minho - Tese de Mestrado em História das Populações.

BRAGA, Alberto Vieira (1946). Curiosidades de Guimarães: Instrução, Irmandades. *Revista de Guimarães*, 56 (1-2), Jan.-Jun., pp.5-84.

CANDEIAS, António (2001). Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português. In *Transnacionalização da educação: da crise da educação à "educação" da crise*. Porto: Edição Afrontamento; pp. 23- 89.

CARVALHO, Rómulo (1996). *História do ensino em Portugal* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CHATIER, Roger (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2000). A indústria de curtumes em Guimarães (sécs. XIX - XX). In *2º Congresso Histórico de Guimarães*. História local/ populações e sociedade. Evolução de comportamentos (sécs. XVI a XX). Separata do vol. 6. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho.

JUSTINO, David (1986). *A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913*. Vol. I. Lisboa: Vega.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2001). *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2000). *A escola elementar no século XIX - institucionalização (materialidade, representação, apropriação)*. Braga: Universidade do Minho: Curso de Mestrado em Educação - Área de especialização de História da Educação e da Pedagogia.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1996). Escolarização, sociedade e desenvolvimento em Guimarães, na transição do Antigo Regime. In *2º Congresso Histórico de Guimarães*. História Local II - Idade Média (sécs. XIII - XV) - Época Contemporânea. Vol. 7. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho; pp. 417 - 429.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1990). Alfabetização e funcionamento do regime liberal - frequências de alfabetização da população Bracarense em 1836. *Revista Portuguesa de Educação*, 3. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação; (1) 117-132; (2) 119-133.

MEIRA, Joaquim José (1893). Descentralização dos exames de instrução primária. *Revista de Guimarães*, 10 (3), Jun.-Set., pp. 177-185.

NÓVOA, António (1986). *Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI - XX)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Educação Física.

PINTO, Maria Elisabete de Sousa (2002). *Curtidores e surradores de S. Sebastião (1865 - 1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*. Guimarães: Universidade do Minho - Tese de Mestrado em História das Populações.

PORTUGAL (1867). *Estatística da instrução primária em Portugal organizada sobre a inspecção extraordinária de 1863 a 1864: tabellas districtaes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999). *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português(séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: Universidade do Minho - NEPS.

TEIXEIRA, Soares (1987/98). Origens da indústria têxtil do Vale do Ave - razões históricas. *Gil Vicente - Revista de cultura e actualidades*, 32. Guimarães: Gabinete de imprensa de Guimarães.

TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre (1997). O liberalismo e a instrução pública em Portugal. *In Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800 -1975)*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques; pp. 69-98.

2. Manuscritos

Arquivo da Escola Secundária Sá de Miranda

(1895) Livro de registo dos professores e directores de estabelecimentos do ensino particular, nº 1.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães

(1801 a 1892) Registo geral das provisões e sentenças (vistos os livros do período compreendido entre 1801 a 1892).

(1845 a 1847) Livro de entrada e saída de dinheiro do cofre público da Vila de Guimarães.

(1854 a 1871; 1880 a 1882; 1902) Requerimentos à Câmara.

(1860; 1872) Livro de assentamento dos professores de instrução primária.

(1865 a 1869; 1890 a 1893) Actas das sessões da câmara.

(1866 a 1894) Escolas primárias do concelho de Guimarães.

(1868) Registo (livro) mapa estatístico dos recursos que oferecem Guimarães.

;

(1836 a 1839; 1869 a 1887) Termos (livros de) por onde as mulheres grávidas se obrigam a criar seus filhos (visto os livros compreendidos entre 1869 a 1887).

(1873 a 1882; 1893 a 1894) Mapas estatísticos da população do concelho de Guimarães.

(1874) Registo (livro) das freguesias que compõem o concelho de Guimarães.

(1878) Censo Geral da População.

(1880 a 1890) Concurso para professores de instrução primária.

(1881) Pedido de subsídio para criação do Colégio das Hortas.

(1881 a 1894) Assentos de instrução primária do concelho de Guimarães.

(1881 a 1892) Actas da Junta Escolar (vistos os livros do período compreendido entre 1881 a 1892).

(1882 a 1884) Actas do júri dos exames de instrução primária elementar.

(1882 a 1894) Registo dos exames do ensino elementar (vistos os livros do período compreendido entre 1882 a 1894).

(1883 a 1891) Processo de concurso para professores de instrução primária elementar.

(1884) Projecto de ligação da cidade de Guimarães com a estação de caminhos-de-ferro junto à mesma cidade.

(1895 a 1902) Diferentes documentos da câmara referentes a instrução primária.

(1895 a 1905) Mapas estatísticos.

(1898 a 1920) Livro de registo das cadernetas fornecidas aos menores e mulheres que na qualidade de operários se empregam nas fábricas e oficinas segundo o decreto de 14/04/1891.

(1901) Relação nominal das escolas de instrução primária do concelho de Guimarães.

(1902) Registo das folhas de vencimento de todos os empregados municipais e outros que a câmara municipal era obrigada a satisfazer.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

(1803; 1822; 1829; 1855 a 1856; 1870; 1871; 1872; 1873) Exame para o magistério primário.

(1851 a 1853) Autos de concurso para mestre de disciplina - ensino particular.

(1855) Processo de acusação contra professor vitalício da cadeira de ensino primário de São Tomé de Caldelas.

(1863 a 1864) Relatório de inspecção das escolas primárias.

(1864) Mapa estatístico, por concelho, por cadeiras públicas de instrução primária existentes no distrito de Braga.

(1866) Inspecção das escolas primárias.

(1866) Resumo geral da inspecção das escolas primárias.

(1869 a 1870) Inspecção ao ensino primário para o ano lectivo de 1869 - 1870 - distrito de Braga.

Ordem Terceira de São Francisco - Guimarães

(s/d) Livro de termo de inauguração do hospital, das escolas para o sexo feminino e masculino e das oficinas de tipografia, encadernação e sapataria.

(1885 a 1907) Livro de matrícula geral das alunas da escola do sexo feminino da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade de Guimarães.

(s/d) Livro de matrícula geral dos alunos da escola do sexo masculino da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade de Guimarães.